COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.464, DE 2021

Suprima-se o inciso VI do art. 3º do Substitutivo apresentado pela relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA – SC), ao Projeto de Lei nº 2.464, de 2021, na forma do § 2º do art. 118 do RICD.

JUSTIFICAÇÃO

Em conformidade com o § 2º do art. 118 do RICD, a presente emenda destina-se a suprimir o inciso VI do art. 3º do Substitutivo apresentado pela relatora, Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA – SC), ao Projeto de Lei nº 2.464, de 2021, a fim de remover a previsão de que o Conselho Tutelar trabalhe em prol de garantir a interrupção de gestação (aborto).

Entendendo esta não ser a função social do Conselho Tutelar e ciente de que o aborto, eufemismo para o assassinato de inocentes no ventre materno, não é nunca a solução adequada, faz-se mister a retirada de tais termos do Substitutivo objeto desta emenda.

O art. 128 do Código Penal, dada sua natureza jurídica, trata de escusas absolutórias, mas remanesce a tipificação penal contra o aborto. Portanto, tal dispositivo não tem o condão de legitimar a prática. Assim sendo, o Poder Público não pode atuar como promotor de conduta delitiva.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2022.

Deputada CHRIS TONIETTO PL/RJ



